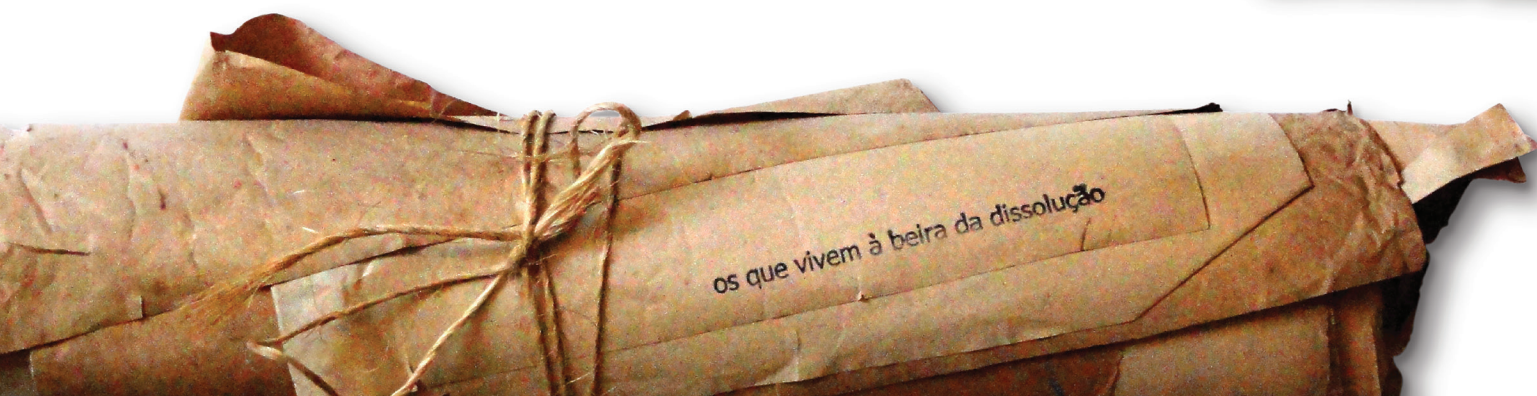


ANO 10 NÚMERO 15

CADERNOS SESC DE CIDADANIA

Memórias | 2019



sescsp.org.br

Sesc

Memórias { REPORTAGEM ESPECIAL: Especialistas discutem o significado e a relevância da memória no contexto contemporâneo e enfatizam a importância da preservação de patrimônios materiais e imateriais { DEPOIMENTOS: Direito à memória pode ser tomado como um ato de resistência { ENTREVISTA: A historiadora Ana Maria Camargo defende que centros de memória são instrumentos de ação e devem ser melhor aproveitados { PERFIL: Conheça a artista Leila Danzinger, cuja obra dialoga com vivências pessoais { ENSAIO: O poeta e museólogo Mario Chagas apresenta seus museus inspiradores



FRECHAL quilombo pioneiro no Brasil

Christine Leidgens



PATRIMÔNIO COLONIAL LATINO- AMERICANO

Percival Tirapeli



CENTROS DE MEMÓRIA uma proposta de definição

*Ana Maria Camargo
e Silvana Goulart*



MEMÓRIA DA AMNÉSIA políticas do esquecimento

Giselle Beiguelman

As Edições Sesc publicam livros em diversas áreas do conhecimento e ampliam os diferentes debates propostos pela ação do Sesc em seus centros culturais e desportivos no Estado de São Paulo.

ENVOLVER-SE DE TEMPOS

Danilo Santos de Miranda
Diretor do Sesc São Paulo

A TRAJETÓRIA DE UMA INSTITUIÇÃO É CONDICIONADA POR DOIS ASPECTOS QUE, ao definirem sua identidade, orientam tomadas de decisão face aos desafios de cada contexto: sua missão e seus valores. A missão estabelece o centro de gravidade em torno do qual se equilibram todas as ações institucionais, ao passo que os valores revelam aquilo sobre o qual não se abre mão quando da efetivação dessas ações. No primeiro caso, há um caráter perene, praticamente definitivo: a missão do Sesc – colaborar para o bem-estar de trabalhadores do comércio de bens, serviços e turismo, seus dependentes e da sociedade de seu entorno – é a mesma desde seu surgimento, em 1946.

Quanto aos valores, o componente histórico é fundamental: as mudanças da sociedade ao longo do tempo ensejam novas urgências, reordenam prioridades e encaminham demandas que eram, até então, menos visíveis. Valores como diversidade e sustentabilidade, por exemplo, sequer faziam pleno sentido em meados do século XX; entretanto, consolidaram-se nas últimas décadas e, atualmente, são considerados inegociáveis para o Sesc. Vale refletir, segundo tal perspectiva, sobre o valor da memória.

Nos dias que correm, parece coerente que uma entidade empenhada num projeto socioeducativo esteja comprometida com a promoção da memória. Mas isso não foi sempre assim: essa percepção foi sendo construída paulatinamente. A conscientização de que a memória condiciona o tempo presente, influenciando comportamentos e visões de mundo, se deu, em grande medida, a partir de uma crescente movimentação dos cidadãos, exigindo que narrativas não-hegemônicas fossem ouvidas. No lugar de um tema

restrito a círculos especializados, observou-se notável espalhamento.

O dia a dia do Sesc está repleto de iniciativas que colocam em relevo a valorização da memória, e a presente publicação é uma delas. Os Cadernos Sesc de Cidadania, que procuram aprofundar a discussão em torno de assuntos de interesse público, aventuram-se agora nos complexos meandros do “já-vivido”, mimetizando nas páginas a seguir uma disposição que ocorre cotidianamente nas unidades. Trata-se de preservar elementos representativos de outros tempos, cuidando para que possam transmitir parte de seu vigor às gerações futuras; mas trata-se sobretudo de estimular o juízo crítico sobre o mundo que nos rodeia, assim como abordar a realidade em sua inteireza, sem simplificações enganosas.

Promover a memória implica um compromisso: compreender o fenômeno de superexposição do assunto para atuar a partir de premissas responsáveis, que entendam o campo das memórias como expressão cultural fundamental, recusando instrumentalizações. Para tanto, permitir que ele seja contagiado por outros valores que orientam as ações institucionais – como o exercício da cidadania, a vocação educativa e a diversidade – é a estratégia mais adequada. No âmbito dos direitos humanos, tais contágios são desejáveis, pois conduzem a uma perspectiva integral acerca dos seres humanos. A memória é um desses direitos; como tal, deve ser pensada de forma sistêmica, jogando-se luz sobre sua capacidade de influenciar e ser influenciada pelas demais dinâmicas sociais. ■

índice }

Baixe grátis essa e outras publicações do Sesc São Paulo:



p.5 *artigo Sesc*

Ação do Sesc na preservação de acervos adota perspectiva cidadã, promovendo o direito à memória.

p.8
reportagem especial
Heranças materiais e imateriais servem ao presente e constituem os fundamentos da identidade nacional.

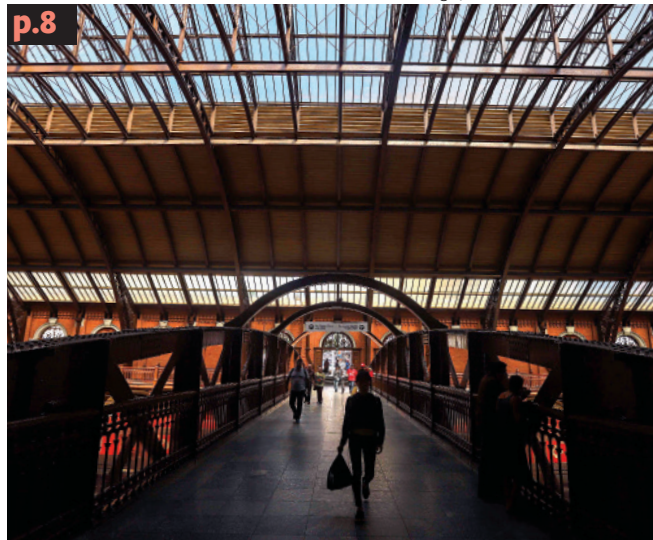
p.18
intervenção
Conheça obras da coleção “Pequenos Impérios”, em que a artista Leila Danzinger trabalha com o acervo e as memórias do pai.

p.20
perfil
Leila Danzinger, artista, poeta e pesquisadora, descobriu nas memórias de família a potência de uma arte emancipadora.

p.26
depoimentos
Lembrar pode ser também um ato de resistência? Leia relatos de lideranças das mais diversas áreas.

p.32
entrevista
Para Ana Maria Camargo, historiadora e professora da USP, centros de memória devem ser considerados espaços de ação.

p.36
artigo
O poeta e museólogo Mario Chagas discorre sobre o significado da memória e fala dos museus que o inspiram.



Expediente

SESC - SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO

Administração Regional no Estado de São Paulo

PRESIDENTE DO CONSELHO REGIONAL
Abram Szajman

DIRETOR DO DEPARTAMENTO REGIONAL
Danilo Santos de Miranda

SUPERINTENDENTES
COMUNICAÇÃO SOCIAL Ivan Giannini
TÉCNICO-SOCIAL Joel Naimayer Padula
ADMINISTRAÇÃO Luiz Deoclécio Massaro Galina
ASSESSORIA TÉCNICA E DE PLANEJAMENTO Sérgio José Battistelli

Cadernos Sesc de Cidadania Memória

GERÊNCIA DE ARTES GRÁFICAS
Hélcio Magalhães
ADJUNTA Karina Musumeci
ASSISTENTES Gislene Lopes, Rogério Ianelli, Tatiane Vieira de Almeida e Priscila Ravanelli Andreani (estagiária)
PRODUÇÃO DIGITAL Ana Paula Fraay
GERÊNCIA DE ESTUDOS E DESENVOLVIMENTO Marta Raquel Colabone
ADJUNTA Ilona Hertel
ASSISTENTE João Paulo L. Guadanucci
PESQUISADORA Carla Lira

EDITOR Renato Essenfelder
PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO Marcio J. Freitas
REPORTAGEM Gabriel Vituri e Carolina Brandileone
TRATAMENTO DE IMAGEM Edson Sales.

A revista Cadernos Sesc de Cidadania é uma publicação do Sesc São Paulo. Distribuição gratuita.

Impresso em Junho de 2019
Tiragem: 10.000 exemplares

Acesse a versão on-line e baixe a versão PDF desta revista em sescsp.org.br

Sesc São Paulo
Av. Álvaro Ramos, 991
03331-000 São Paulo - SP
Tel.: (11) 2607-8255

sescsp.org.br



SOBRE A DISPOSIÇÃO DE PERMANECER

João Paulo Leite Guadanucci*

UMA ESCADARIA UNINDO AS PARTES ALTA E BAIXA DE UM BAIRRO, CUIDADA por moradores locais; um idioma falado por centenas de indígenas num vídeo de youtube; três caixas de postais antigos encontradas embaixo da cama da avó, falecida há alguns meses; o museu ferroviário da cidade; uma poesia de que ninguém mais lembra direito, contando como os primeiros habitantes cozinhavam; jovens aproveitando os LPs dos pais para reinventar o hip-hop; um canhão enferrujado apontado para o mar; músicas e danças que se misturam, toda sexta-feira de lua cheia, naquela comunidade; um conjunto de edifícios modernos que um dia revolucionaram o conceito de moradia; fotos digitais salvas numa pasta desconhecida; um senhor que sabe fazer ampulhetas conforme seu avô lhe ensinara.

A memória se insinua por todo lado. Está presente nos atos cotidianos e no significado que lhes damos. Configura o mundo que habitamos e o modo como nele agimos. Tão embrenhada na textura da realidade, oferece um desafio a quem queira sobre ela refletir: como circunscrevê-la? Por quais lados abordá-la?

Trata-se de uma empreitada que varia segundo o contexto. Afinal, a memória é assunto sobre o qual se comenta desde que o ser humano percebeu que se lembrava – já não lembramos exatamente quando isso ocorreu.

Muita coisa mudou desde então. Pode-se pensar tais mudanças a partir de duas frentes: de um lado, temos

as concepções que buscam explicar a relação das pessoas com os fatos que a antecederam; de outro lado, há a dimensão político-social dessa questão, indagando quais acontecimentos mereceriam ser lembrados, assim como quem faria tais escolhas. Evidentemente, essas duas facetas se interpenetram, mas é útil aproximar-se delas por partes.

A palavra memória admite vários significados, os principais se referindo à capacidade (não apenas humana) de reter algo ligado ao passado, assim como dizendo respeito aos seus desdobramentos materiais, simbólicos e sociais. É visível a conexão dessas concepções com a noção ampliada de cultura (dita “antropológica”), já que ambas revelam suas respectivas tendências ao transbordamento e sua onipresença. De qualquer modo, é importante sublinhar: a memória é pressuposto da cultura.

Conforme variaram tempo e espaço, a relação com o acontecido adquiriu usos sociais diversos. A temporalidade circular que organiza a vida de certos grupos e comunidades, mimetizando em grande medida os ciclos naturais, confere à memória um estatuto peculiar: nesses casos, as ações do dia a dia e, principalmente, os ritos e celebrações atualizam permanentemente o já-vivido, solicitando-o com uma intimidade peculiar. O mesmo não acontece na experiência contemporânea, em que determinada distância caracteriza a relação com o passado, distância essa

*Mestre em História da Arte, bacharel em Filosofia e assistente técnico da Gerência de Estudos e Desenvolvimento do Sesc São Paulo



CUIDADO. Pesquisador trabalha na higienização de cartaz; criado em 2006, o Sesc Memórias preserva documentos relativos às ações do Sesc

ocupada por especialistas e diletantes, por ativistas e negociantes.

Num contexto como o atual, no qual o futuro deixou de representar a promessa de progresso contínuo e passou a sugerir panoramas bem mais inquietantes – o colapso ecológico é sua faceta mais contundente –, é coerente que se olhe “para trás” com avidez, como se lá tivessem sido depositadas certas lições que desaprendemos. Indivíduos e coletividades perguntam-se sobre seu passado e seus antecedentes, empresas e entidades criam estratégias de preservação de suas respectivas histórias, inseridos numa voga que inclui agentes relevantes, como o turismo, a publicidade e a moda. Pensar a memória hoje é lidar com essa situação, marcada por excessos e carências.

O Sesc, assim como outras instituições socioculturais, está inserido

em tal contexto e realiza suas ações no campo da memória levando-o em consideração. Ao longo de sua existência, é visível o incremento da atuação nesse domínio – o que dialoga, em certo grau, com as movimentações ocorridas dentro e fora do país.

Alguns marcos ajudam a compreender essa trajetória, como a requalificação de uma fábrica de geladeiras e tambores para se transformar, em 1982, num centro de lazer e convivência, o Sesc Pompeia. A decisão de restaurar e preservar a arquitetura fabril, numa época em que o zelo pelo patrimônio edificado se restringia aos símbolos do poder político ou religioso, indicou o reconhecimento de que a memória constitui um campo múltiplo, construído e reelaborado por instâncias variadas da sociedade. A chancela oficial, na forma de tombamento, viria bem mais tarde:

em 2004 na esfera municipal, em 2014 na federal. Outra construção tombada atualmente sob a gestão do Sesc no Estado de São Paulo é o conjunto de armazéns criado no começo do século XX pela Companhia Ultramarina de Desenvolvimento do Japão, KKKK (Kaigai Kogyo Kabushiki Kaisha), adaptado para abrigar desde 2016 o Sesc Registro, na maior cidade do Vale do Ribeira.

Outro aspecto que revela a importância conferida à memória foi a constituição de acervos a partir de estratégias diversas, como é o caso do Acervo Sesc de Arte Brasileira – coleção de obras de arte brasileira incorporadas sistematicamente desde a década de 1970, acessíveis aos públicos em todas as unidades – e o mobiliário elaborado especificamente para os espaços do Sesc, concebidos por designers e arquitetos importantes da história cultural brasileira.

Em 2006, a preservação da memória institucional ganha um impulso fundamental: o surgimento do Sesc Memórias, programa encarregado do recolhimento, tratamento, catalogação, guarda, digitalização e disponibilização para pesquisa de documentos relativos às ações do Sesc desde sua fundação, em 1946. Trabalhando com itens cuja diversidade testemunha a polivalência das atividades – fotografias, materiais gráficos, conteúdos audiovisuais em múltiplos suportes, peças tridimensionais e entrevistas – o Sesc Memórias aproximou-se de especialistas para construir metodologias adequadas a um acervo tão peculiar. Atualmente, subsidia pesquisas realizadas por funcionários da entidade, por pessoas ligadas ao universo acadêmico, por veículos de comunicação e pela sociedade em geral.

Além de edificações e acervos, o cuidado institucional com o patrimônio reflete-se no âmbito natural. Uma das áreas do Sesc Bertioga constitui uma Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN), espaço no qual se articulam preservação do meio ambiente e mediação socioeducativa,

com especial atenção para a questão da acessibilidade. Além disso, duas unidades – Sesc Interlagos e Sesc Itaquera – estão localizadas em áreas de proteção ambiental, construindo importantes áreas verdes para atividades de lazer e educação permanente.

Paralelamente ao cuidado com a memória materializada, o Sesc desenvolve uma frente de ação complementar: trata-se de iniciativas de caráter educativo que têm como foco a memória e o patrimônio. Cursos, oficinas e seminários abordam a educação patrimonial e a museologia social, bem como um amplo espectro de questões ligadas a expressões identitárias e tradicionais, estimulando os públicos a refletir sobre as construções de narrativas levadas a cabo por grupos sociais os mais diversos. Tal empenho ganha maior alcance com a publicação de livros e a produção de material audiovisual dedicado ao assunto.

Em todos esses casos, tão importante quanto jogar luz sobre modos de vida plurais, com especial cuidado para aqueles menos visibilizados, é situar os debates e reflexões na perspectiva da cidadania. Isso significa a reiteração de que, dentre os direitos culturais, destaca-se o direito à memória; isso inclui não apenas o acesso às memórias dos estratos que compõem a sociedade, como principalmente a possibilidade de que cada cidadão ou grupo tenha garantido o reconhecimento, preservação e promoção de suas narrativas sobre o passado.

Afinal, a memória serve ao presente – essa condição é cada vez melhor compreendida, o que explica em grande medida a relevância que ela adquiriu para além de círculos especializados. Os interesses pessoais e coletivos que dela se apropriam determinam seus usos, por vezes inclusivos, mas que não raro reforçam situações de desigualdade e vulnerabilidade.

Cabe àqueles comprometidos com pautas de interesse público envolverem-se nessas dinâmicas, aproximando o tema da memória de uma perspectiva justa e democrática. ▣



Num contexto como o atual, no qual o futuro deixou de representar a promessa de progresso contínuo e passou a sugerir panoramas bem mais inquietantes, é coerente que se olhe “para trás” com avidez



A memória serve ao presente, o que explica em grande medida a relevância que ela adquiriu para além de círculos especializados



PATRIMÔNIO

A preservação da memória, seja na forma de heranças materiais ou imateriais, é fundamental para o desenvolvimento e a construção de uma identidade nacional

texto: Gabriel Vituri
e Carolina Brandileone

Passava das sete horas da noite quando o fogo começou. Exceto por quatro vigilantes que se dividiam na tarefa de cuidar do local quando as portas se fechavam para o público, não havia mais ninguém no espaço. Rapidamente, as chamas tomaram conta do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, e as imagens da destruição que passaram a ser compartilhadas em tempo real em redes sociais e emissoras de televisão geravam revolta e tristeza profundas.

Naquele domingo, ao mesmo tempo em que milhões de itens desapareciam para sempre, enquanto os bombeiros tentavam combater o incêndio, já vinham à tona discussões sobre a culpa e a responsabilidade pela tragédia que àquela altura ganhara proporções irrecuperáveis.

Apesar da indignação que se seguiu, a catástrofe no maior museu de história natural do país, no dia 2 de setembro de 2018, não pode ser considerada fenômeno inédito na cultura brasileira. Longe disso. No fim de 2015, por exemplo, o Museu da Língua Portuguesa, em São Paulo, também foi devastado pelo fogo, e sua reconstrução



O DE TODOS

Foto: Marco Antonio/Sesc São Paulo

SESC POMPEIA. O conjunto arquitetônico do Sesc Pompeia foi tombado como patrimônio cultural do Brasil em 2015; é a segunda obra da arquiteta italo-brasileira Lina Bo Bardi, depois do Masp, a constar da lista do patrimônio nacional



só deve ser concluída no fim deste ano. Em 2010, o Instituto Butantan, um dos grandes centros mundiais de referência na produção de pesquisas biológicas, foi atingido por um incêndio que dizimou dezenas de milhares de espécimes de serpentes, aranhas, escorpiões e outros animais catalogados.

A lista de eventos semelhantes é longa, e os efeitos negativos que tais episódios trazem para o patrimônio cultural brasileiro, imensos. Mas para além das investigações e responsabilizações, o que isso diz sobre a maneira como lidamos com a nossa memória enquanto país? “Eu morei no Rio e conheci o Museu Nacional em 1980. Lembro que já era uma barbaridade naquela época. Ou seja, eu sei que ele está em perigo desde aqueles tempos”, conta Carlos Augusto Calil, professor do Departamento de Cinema, Rádio e Televisão da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA/USP). “Se eu sabia, muita gente também sabia antes de mim. Quanto tempo foi preciso para que aquele museu, com tudo o que ele representava, ficasse na iminência do desastre até que o desastre acontecesse? Quer dizer, eu não fiz nada, o governo não fez nada, ninguém fez nada. Quem foi que destruiu o Museu Nacional, então?”, questiona Calil.

A catástrofe exterminou anos de pesquisa em andamento, vestígios arqueológicos únicos, documentos históricos e grande parte do edifício e das características arquitetônicas do museu. Fora a relevância de todo o acervo perdido, o apagamento dessa história representa também o apagamento das memórias que esse material carregava consigo.

Mas qual é o significado da perda da memória em um país com tantos desafios no tempo presente? O quanto isso importa? Se perguntarmos a um conjunto de pessoas o que elas entendem por “memória”, muito provavelmente as respostas serão as mais diversas: experiências boas e ruins, histórias que



THEATRO MUNICIPAL DE SÃO PAULO.

Projetado por Domiziano Rossi e Cláudio Rossi e construído pelo escritório de Ramos de Azevedo, teve obras concluídas em 1911 e sediou importantes eventos, como a Semana de Arte Moderna de 1922

um dia escutaram ou presenciaram, acervos, museus e outras vivências semelhantes ou até a capacidade fisiológica de reter lembranças passadas.

Considerando que a preservação da memória de um povo é de fato fundamental para o seu desenvolvimento e para a construção de uma identidade nacional, é preciso também refletir sobre que políticas são necessárias para que esse patrimônio cultural se sustente e, principalmente, não se apague – pelo fogo ou pelo esquecimento.

PRIMEIROS PASSOS

“Entende-se por Patrimônio Artístico Nacional todas as obras de arte pura ou de arte aplicada, popular ou erudita, nacional ou estrangeira, pertencentes



aos poderes públicos, a organismos sociais e a particulares nacionais, a particulares estrangeiros, residentes no Brasil”. Tão ampla quanto misteriosa, a definição de Mario de Andrade para o que se enquadraria na categoria de patrimônio artístico, escrita em 1936, consta de um anteprojeto do então Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan), e é um dos primeiros movimentos “burocráticos” no sentido dessa preservação.

O texto, encomendado à época por Gustavo Capanema, ministro da Saúde e Educação no governo de Getúlio Vargas, serviu de inspiração para o que depois se consolidaria na criação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, o Iphan, em 1937.

Oficialmente fundado pelo jurista e jornalista Rodrigo Melo Franco de Andrade, que teve a colaboração do escritor modernista ao longo desse processo de elaboração dos termos que definiriam a instituição, o Iphan tornou-se um órgão oficial a partir do decreto-lei 25, sancionado em novembro daquele ano. Dali em diante, nas palavras do decreto, “bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico”, deveriam ser protegidos e preservados.

“A política brasileira não inventou essas categorias”, explica Márcia Regina

Romeiro Chuva, professora da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). “Quando surge essa política de patrimônio nos anos 1930, ela está em acordo com uma política que está sendo colocada em nível internacional, e aí o Brasil cria o órgão, implementando uma nova lei que regulamenta toda uma prática de preservação do patrimônio cultural, que está discutindo principalmente o patrimônio material, patrimônio edificado, patrimônio arquitetônico, urbano”, completa.

Colocando de outra forma, obras de arte, construções, museus, acervos e mesmo as paisagens naturais ou com intervenções humanas estariam contempladas pelo Iphan. “Quando se fala em patrimônio material, a primeira coisa em que a gente pensa é nas cidades coloniais, nos centros históricos antigos”, ilustra a professora.

Assim, com o patrimônio de pedra e cal (a expressão costuma ser usada para designar monumentos e outros bens materiais tangíveis) oficialmente resguardado por uma instituição federal, restava ainda compreender o que seria feito dos patrimônios intangíveis, ou seja, que fossem imateriais e, portanto, de difícil assimilação no imaginário de quem deveria buscar preservá-lo. Quem poderia definir, a partir da imaterialidade, o que era ou não relevante e, no limite, um patrimônio a ser cuidado?

CULTURA E MEMÓRIA

Embora essa discussão tenha ganhado força só a partir dos anos 1970, nacional e internacionalmente, havia pistas de que isso estava, sim, no radar brasileiro. “No anteprojeto, o Mario de Andrade já considerou a possibilidade de que outras manifestações fossem incluídas, porque ele era um homem aberto ao folclore, às manifestações religiosas, à cultura negra”, afirma Carlos Calil. “Ele tinha interesse pela cultura popular, e sabia que existia um Brasil profundo que não era monumental, e

que deveria ser preservado como forma de descobrirmos verdadeiramente o nosso país, inclusive ajudando a evitar a invasão permanente das influências estrangeiras”, informa o professor da USP, que já dirigiu instituições culturais como a Cinemateca Brasileira e o Centro Cultural São Paulo.

O anteprojeto do autor de “Macunaíma”, no entanto, não foi exatamente considerado na hora de redigir o decreto-lei, e a discussão sobre as outras formas de definição de patrimônio, pelo menos em instâncias oficiais, ficaram adormecidas por mais de quatro décadas. “As discussões institucionalizadas para lidar com esse universo começam a surgir no final dos anos 1970, com a criação da Fundação Nacional Pró Memória”, esclarece Márcia Sant’Anna, professora da Universidade Federal da Bahia (UFBA) que ocupou diferentes cargos no Iphan entre 1987 e 2011. “Esse termo ‘patrimônio imaterial’ não era usado, falava-se em ‘patrimônio vivo’, que de certa forma dialoga com a noção atual”.

Criada em 1979, a Fundação Pró Memória, sustenta Márcia Sant’Anna, é uma das responsáveis diretas pela elaboração do artigo 206 que apareceria anos depois na Constituição Federal de 1988, quando o patrimônio cultural

brasileiro passa a ser reconhecido tanto nas instâncias materiais quanto nas imateriais. “A partir desse momento, isso começa a tentar se firmar como um conceito legal”, diz. “Agora, políticas efetivamente construídas, elaboradas e implementadas só vão surgir depois dos anos 2000”, pondera. Em agosto do ano 2000, o decreto número 3.551 consolida o que já vinha se desenhando, instituindo o registro de bens de natureza imaterial como parte do patrimônio cultural do país. “A ideia é que a atuação do Estado seja no sentido de defender princípios de ampliação do reconhecimento de culturas diferentes no Brasil, de representação”, explica a professora Márcia Chuva, especialista em políticas de patrimônio.

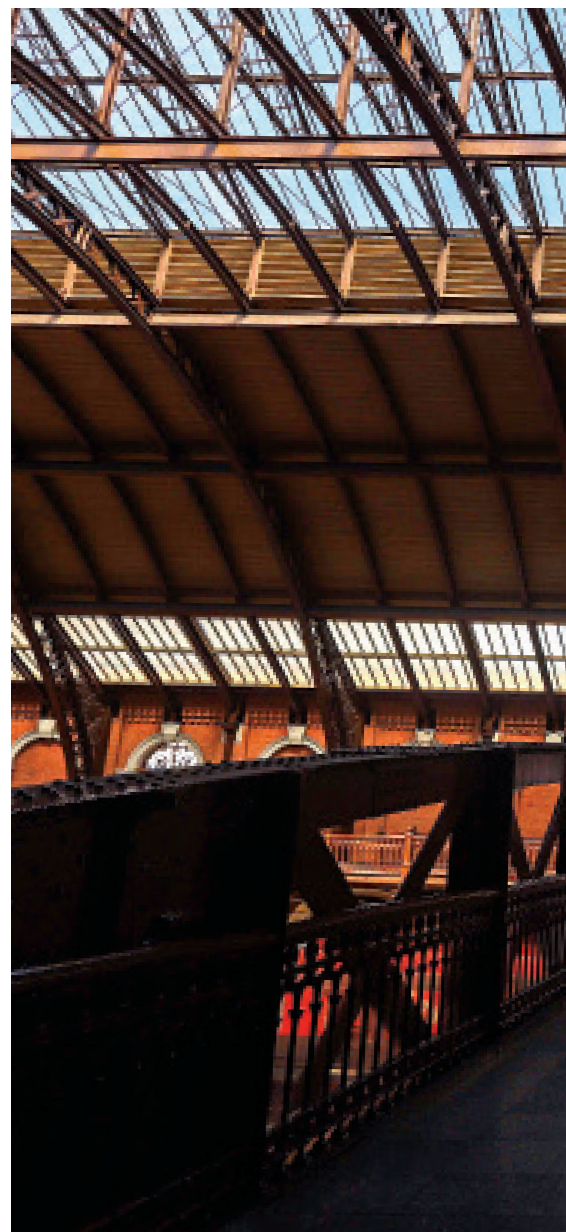
MATERIAL E IMATERIAL

A roda de capoeira, o frevo, terreiros de Candomblé, a feira de Caruaru e até mesmo o modo de fazer um queijo na Serra da Canastra são alguns exemplos de patrimônios culturais imateriais reconhecidos atualmente no Brasil. Mas afinal, como compreender essas definições e as suas interações com realidades que muitas vezes partem da materialidade? Márcia Sant’Anna explica que as conexões entre patrimônio material e imaterial acontecem o tempo todo, inclusive no caso de um conhecimento, como nos procedimentos para criar um queijo em Minas Gerais. “Para um saber se concretizar, ele depende de um conjunto de aspectos ou de insumos materiais para que sua expressão aconteça”, esclarece.

Ainda que as políticas de preservação estejam separadas (“mais por uma questão conceitual”, afirma a professora da UFBA), as coisas estão interligadas. Enquanto a salvaguarda do patrimônio imaterial enfatiza mais o sujeito, no caso do patrimônio material o elemento em evidência é sempre o objeto. “Um determinado conjunto urbano pode até estar tombado como patrimônio material, mas ele não existe em sua dimensão humana se



“Quando surge a política de patrimônio nos anos 1930 no Brasil, ela está em acordo com uma política que está sendo colocada em nível internacional”



ESTAÇÃO DA LUZ.

Inaugurada em março de 1901, a Estação da Luz ocupa uma área de 7.500 metros quadrados no centro de São Paulo; tombada em 1982, sua estrutura foi importada da Inglaterra, copiando traços do Big Ben e da abadia de Westminster

“ A ideia é que a atuação do Estado seja no sentido de defender princípios de ampliação do reconhecimento de culturas diferentes ”



não existirem pessoas ali produzindo sentido de patrimônio, porque há um conjunto de saberes, fazeres e celebrações nesse espaço que só fazem sentido com essa interação”, explica Sant’Anna. O conjunto tombado de Goiás Velho, ela complementa, é uma boa forma de ilustrar essa relação: “Há uma série de expressões culturais que dizem respeito a esse espaço e preenchem aquilo de significado, e que também existem em função dele: a procissão do fogaréu, a doceria tradicional de Goiás, todas essas manifestações operam ali no mesmo lugar”.

“Tudo o que é patrimônio material só é reconhecido porque tem um valor simbólico, então existe por si só um caráter imaterial”, elucida Márcia Chuva, da UNIRIO. Os argumentos da professora, doutora em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF), vão ao encontro do que defende a professora da UFBA: “O patrimônio acontece

a partir de algumas materialidades, então há uma divisão histórica, mas que não é intrínseca às coisas. O campo de patrimônio tem debatido essa divisão. Como os tipos de patrimônios salvaguardados são diferentes, eles precisam de ações diferentes, mas a intenção é salvaguardar práticas culturais diversas que representem a diversidade cultural da nação, seja ela material ou imaterial”.

Hoje em dia, o Iphan divide os patrimônios culturais imateriais em quatro categorias: Saberes, Celebrações, Formas de Expressão e Lugares. “Saberes envolve todos os conhecimentos tradicionais, Celebrações é para toda e qualquer tipo de celebração vinculada ao cotidiano e à civilidade, à religiosidade e a vários aspectos da vida social”, explica Márcia Sant’Anna. As formas de expressão, desenvolve, são muito variadas, podendo ser plásticas, cênicas, musicais e de várias naturezas.

Já os lugares servem justamente para fazer a ponte entre material e imaterial: “Trata-se de um lugar material que abarca, engloba, envolve um conjunto de expressões culturais que são fundamentais para a própria existência do lugar. E talvez essa categoria Lugares seja a que mostra de uma maneira bastante clara esse vínculo do material com o imaterial”.

LEGITIMAÇÃO E RESISTÊNCIA

A ideia de que uma determinada manifestação artística é considerada um patrimônio cultural e outra, não, desperta uma questão: quem legitima o que é patrimônio e como isso se dá na prática? “Você tem um conjunto de atores sociais, não somente enquanto indivíduos, mas segmentos, instituições, que legitimam esse patrimônio a partir de processos estabelecidos de reconhecimento. É evidente que essa legitimação é necessária, porque todo patrimônio é uma construção social, ele não existe em si”, responde Márcia Sant’Anna. Na opinião de Carlos Calil, é um processo inevitável: “[Quem legitima] é a vida, a realidade, porque aquelas pessoas existem. O quilombola existe, a manifestação indígena existe, manifestações de cultura popular existem. Você pode até recalá-las institucionalmente, mas elas emergem depois, não há dúvida”.

Além de ser essencial para a construção da identidade de um país, a salvaguarda de um patrimônio cultural – material ou imaterial – pode também ser vista como um gesto de afirmação de políticas identitárias e culturais que constituem uma nação. “Hoje em dia as políticas de patrimônio têm se aproximado de políticas de reparação”, afirma Márcia Chuva. “São políticas que incluem em nosso imaginário grupos sociais que antes eram excluídos. Um exemplo é o tombamento dos terreiros de Candomblé, que ocorre na Bahia desde os anos 1990. Você usa o tombamento, um instrumento utilizado para o patrimônio material, mas o que im-

porta ali são os sentidos e significados atribuídos àquele espaço e àquelas práticas”, complementa a pesquisadora.

Colocando de outra maneira, as políticas de patrimônio, assim, passam a incluir grupos que historicamente foram excluídos, como os negros, e criam espaços de resistências que trazem uma noção de memória atualizada e, muitas vezes, salvaguardada por políticas institucionalizadas. Nesse sentido, explica Chuva, há hoje em dia uma série de instrumentos legais para garantir esses direitos: “No âmbito da pesquisa, da produção científica, há muitos debates que favorecem, por exemplo, a ideia de uma cidade para todos”.

“A sociedade tem se apropriado dessa ideia de maneira bastante ampla, inclusive do ponto de vista dos chamados detentores desses bens culturais, ou seja, aquelas pessoas que efetivamente produzem esse patrimônio”, concorda Márcia Sant’Anna. No plano federal, ela completa, a política de patrimônio parte do princípio de que a salvaguarda deve ser um processo participativo. “Tem sido assim já ao longo de vários projetos que abrangem comunidades no Brasil todo. Os produtores e detentores de conhecimentos também ajudam a construir toda essa política e a preencher de conteúdo essa expressão de patrimônio cultural imaterial”.

MEMÓRIAS DO ABANDONO

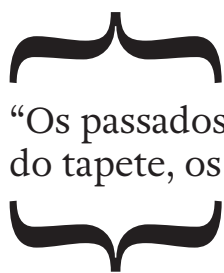
Considerado um dos maiores antropólogos brasileiros, com uma obra reconhecida mundialmente e elogiada por cânones como Claude Lévi-Strauss, Eduardo Viveiros de Castro declarou em uma entrevista ser contra a hipotética reconstrução do Museu Nacional da UFRJ. Na visão dele, as ruínas servem como uma memória das coisas mortas. Apagar a história, portanto, seria apagar o descaso e o abandono com os quais nós, enquanto sociedade, deveríamos conviver para nos lembrar sempre do que foi o incêndio na instituição e, assim, evitar que episódios semelhantes continuem a ocorrer.



“Muita coisa se conquistou no sentido de que algumas políticas se institucionalizaram, mas a verdade é que a Universidade Federal do Rio de Janeiro não foi capaz de administrar o museu mais importante do país e ninguém foi responsabilizado por isso”, critica Calil. Ex-Secretário Municipal de Cultura de São Paulo, o professor considera que a institucionalidade melhorou, mas se ela não funciona, é preciso que a população cobre mudanças. “Nós estamos vivendo nesse momento a omissão governamental, que não é novidade, porque já vivemos outros ciclos de omissão. Agora, quando o Presidente da República diz que índio é preguiçoso, que sinalização ele está dando para a sociedade?”, questiona.

Para Márcia Chuva, a relação com o passado também é parte inerente ao

processo. “Acho que as políticas de patrimônio têm um compromisso que é mostrar, com a preservação desse patrimônio, que existem problemas históricos brasileiros que têm efeito até hoje”, pondera, citando o exemplo da escravidão. “É importante preservar registros dessa experiência histórica não só em respeito a uma memória dos que já passaram, mas também a quem vive no presente hoje, porque isso atinge as pessoas ainda. Saber como ocorreu, o que aconteceu no pós-abolição, e como isso segue tendo efeitos sociais e urbanos, é trazer o passado para o presente, é mostrar como os passados estão presentes e, se eles forem jogados para debaixo do tapete, os traumas não serão superados nunca. É preciso que as políticas enfrentem os problemas que advieram dessa história.” ■



“Os passados estão presentes e, se eles forem jogados para debaixo do tapete, os traumas não serão superados nunca”

Fotos: Sesc São Paulo



IVAPORUNDUVA.

O quilombo faz parte do conjunto de comunidades quilombolas do Vale do Ribeira e data do final do século 17. Na década de 1990, a população do local formalizou a criação da Associação Quilombo de Ivaporunduva

ILHA DIANA.

Localizada próxima ao centro de Santos, a Ilha Diana só pode ser acessada de barco, e é considerada uma das últimas colônias de pescadores da região que ainda preserva a maior parte de suas tradições

CONVENÇÃO DA UNESCO ESTABELECE DIRETRIZES SOBRE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO

Em 2003, uma conferência da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, a UNESCO, consolidou em uma convenção as diretrizes necessárias para que o mundo compreendesse a importância da salvaguarda do patrimônio cultural imaterial. Hoje, o documento continua sendo uma referência nesse debate e serve como guia para diferentes nações a respeito dos processos de preservação da diversidade cultural e desenvolvimento.

Apesar de ser atualmente o documento-base nesse tópico, as convenções e debates da UNESCO sobre o tema começaram décadas antes, uma espécie de prólogo sobre o que seria consolidado no início do século 21. “A partir dos anos 1970 há todo um debate crítico sobre o que foi selecionado como patrimônio, além de uma demanda que alguns países e movimentos tinham sobre a cultura estar representada também por práticas tradicionais que mostrassem diversidade para além do nível arquitetônico e urbano”, explica a professora Márcia Chuva. Em 1972, a Conferência Geral da UNESCO já falava em Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, por exemplo.

Ao longo dos anos seguintes,

outros desdobramentos também caminharam nesse sentido: em 1976, por exemplo, a chamada Recomendação de Nairobi incluiu como patrimônio aldeias e lugarejos. Como diz um trecho da convenção, estariam contemplados agrupamentos de construções e espaços, “tanto no meio urbano quanto rural”, que fossem relevantes do ponto de vista “arqueológico, arquitetônico, pré-histórico, histórico, estético ou sociocultural”.

Por fim, podem também ser lembrados os encontros realizados no México, em 1982 e em 1985, a Conferência Geral de Paris em 1989, o seminário de 1995 na República Tcheca, e o fórum de proteção ao folclore realizado em 1997 na Tailândia. ■

Bildung

2014, composta por 18 pranchas com livros e documentos costurados, estante de madeira com 107 livros e 128 documentos.

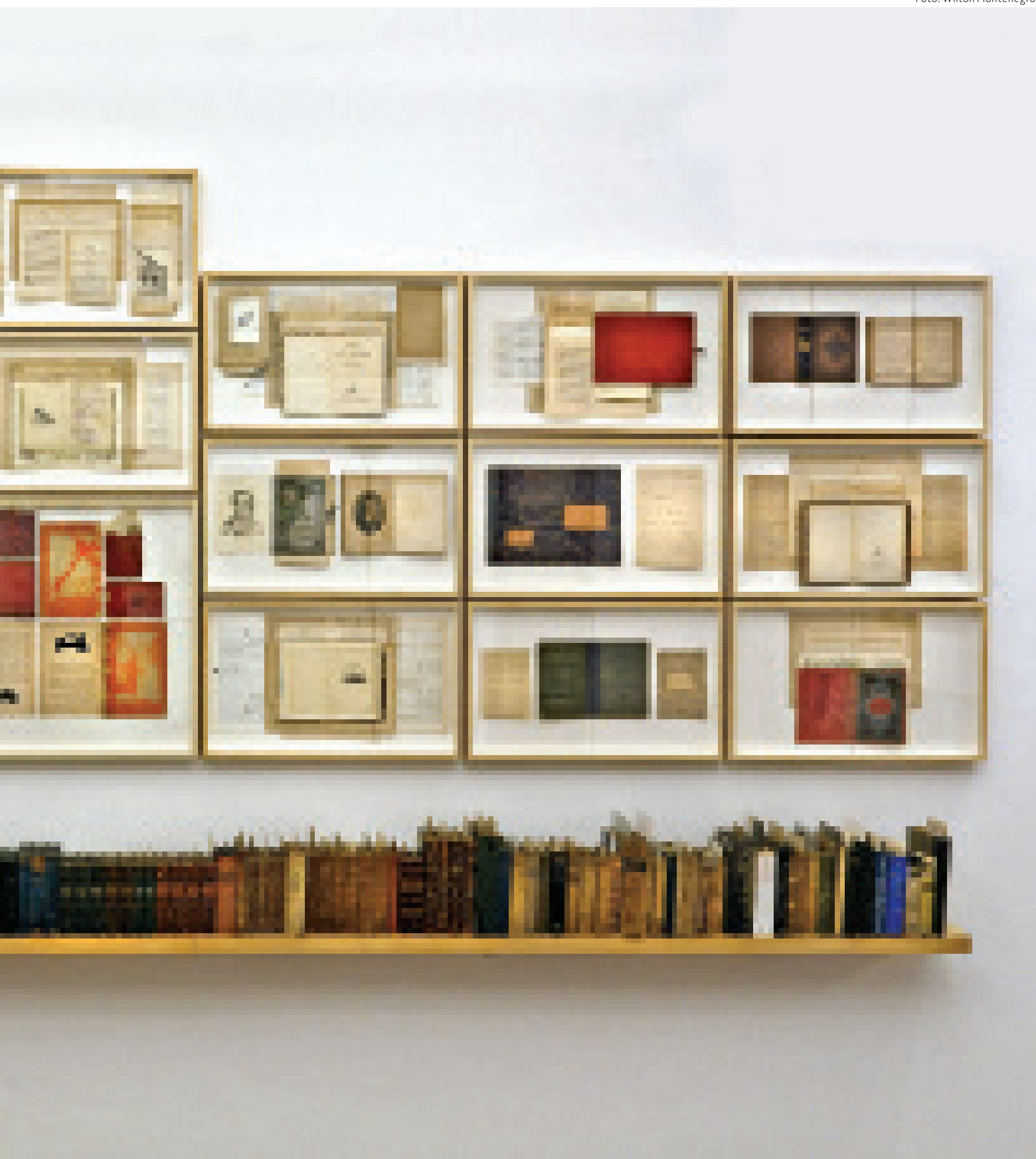
Leila Danzinger

artista, poeta e pesquisadora, é professora do Instituto de Artes da Universidade do Estado do Rio de Janeiro

SOBRE A OBRA

Em “Bildung”, Leila recorreu a livros trazidos da Alemanha por seus avós, que fugiam do nazismo. Uma primeira versão do trabalho foi exposta em 2014 na mostra coletiva “Há Escolas que são Gaiolas e há Escolas que são Asas”, no MAR (Museu de Arte do Rio). Em 2018 surgiu uma segunda versão, apresentada na mostra individual “Ao Sul do Futuro”, no Museu Lasar Segall, em São Paulo.





A arte de lembrar

A artista plástica Leila Danziger descobriu nas origens de sua própria família a potência de uma vasta obra que faz dialogar memória, ética e emancipação

texto: Gabriel Viturei

fotos: Arquivo pessoal/Divulgação

Em 1985, ao chegar à França para começar sua formação em artes, Leila Danziger percebeu que havia algo em suas origens que chamava atenção, como se por detrás de sua trajetória pessoal e familiar houvesse mais potência do que ela imaginara até ali.

Ainda que a Segunda Guerra Mundial tivesse ficado no passado havia quatro décadas, os franceses, ela conta, esforçavam-se para lidar com os traumas que o Holocausto havia espalhado por todo o continente europeu. Enquanto nação, tentavam compreender e reconhecer sua própria responsabilidade na ascensão do regime nazista. “Meu sobrenome lá gerava um efeito muito curioso nas pessoas. Cobravam de mim uma relação com a história que eu não tinha”, lembra a artista. Durante a guerra, fugindo da perseguição aos judeus, seu pai e seus avós refugiaram-se no Brasil: “O fato de meu pai ter vindo da Alemanha era

uma espécie de tabu, e isso é bem comum em famílias com experiências assim. Ele queria ser brasileiro, tipicamente brasileiro, possuía esse desejo muito forte nele”.

Então, enquanto se estabelecia na Europa para estudar – primeiro, no curso de Artes Gráficas, que logo foi substituído pelo de Artes Visuais –, a “consciência histórica” de suas origens foi criando forma até que Leila compreendesse que, dali em diante, sua obra e suas memórias andariam pelos mesmos caminhos. “Eu desejei ser artista a partir de um encontro com a história”, diz.

Hoje, aos 57 anos, Leila Danziger mistura imagem e palavra para levar seus trabalhos a galerias e museus dentro e fora do Brasil, com um trabalho fortemente marcado pelo uso de documentos públicos, arquivos familiares, registros da imprensa e afins. “O impresso é um documento de civilização incrível, me encanta. Se eu não fosse artista plástica eu certamente

PERIGOSOS, SUBVERSIVOS, SEDICIOSOS [CADERNOS DO POVO BRASILEIRO]

A instalação traz livros censurados pela ditadura militar no Brasil e fotografias de mortos e desaparecidos tanto no período ditatorial como no democrático.

Os rostos estão cobertos por páginas extraídas dos livros censurados

1

A Mecânica da Dor

O emprego generalizado de torturas contra presos políticos provou, mais uma vez, que a flagelação de prisioneiros é método pouco eficiente de obter segredos e informações. Entre as dezenas de torturados com quem me entrevistei ou cujos relatos obtive, poucos foram os que contaram alguma coisa de útil. Alguns, calaram-se porque dentro de si encontraram fortaleza para cuspir seu silêncio na cara dos torturadores. Outros, porque nada sabiam, nada tinham a contar, enquanto muitos nada disseram os porque não lhes foi dado tempo e descanso para falar ou, em inúmeros casos, não lhes foram sequer feitas perguntas objetivas e concretas. As engrenagens da dor chegaram a um tal grau de automatismo que os carcereiros colocavam os inquiridos automaticamente na máquina de destruição e quando lhes ofereciam vagar para responder às perguntas seu estado era tão débil que nada podiam dizer.

Apesar disto, alguns dos objetivos dos torturadores



“Eu desejei ser artista a partir de um encontro com a história”



LUGAR-CHAVE. Leila em seu apartamento no Edifício Líbano (RJ)



seria designer, porque pra mim é um meio muito importante.”

Como boa parte dos que se tornam artistas, Leila sempre cultivou uma relação com desenho e pintura – mas, embora gostasse muito dessas atividades, o plano de se tornar artista plástica nos anos 1980 não a empolgava. “Há um ponto importante na minha vida, e que não está no meu currículo porque não sei bem onde encaixar, que foi meu primeiro emprego, no Mobral, o Movimento Brasileiro de Alfabetização”, recorda. “Eu queria ser ilustradora, e na época fazia ilustrações para material didático. Tive uma formação legal com pessoas bacanas, com quem eu convivia intensamente.”

Nessa época, depois de um curto período na Escola de Belas Artes, no Rio de Janeiro, onde nasceu, Leila abandonou o curso e se mudou para a França, quando considera que houve a virada – “pela arte mesmo”, diz

– na maneira como se relacionava com a trajetória de sua família. Ao prestigiar uma exposição em Paris sobre a cultura europeia, ela se deparou com cenários essencialmente familiares: “Me lembro que ela terminava com uma projeção dos artistas e intelectuais judeus que deixaram Viena por causa do nazismo em 1938, e só ali me dei conta, de uma forma muito física, que meus avós e meu pai tinham fugido de Berlim nessa leva, embora minha família não fosse nem de intelectuais, nem de artistas, mas de pessoas com profissões muito comuns”. Leila conta que aquilo a fez perceber como sua vida estava implicada naquela história.

LITERATURA E OUTRAS LEITURAS

Não foi só pela arte, todavia, que Leila passou a lidar com suas origens. “Lembro do dia em que li ‘É Isto Um Homem?’, do Primo Levi, em que ele

conta a ida dele para Auschwitz.” O encontro com a literatura foi determinante para a maneira como a artista plástica passou a interpretar a influência de seu passado na sua forma de trabalhar. “Eu percebi que tinha uma transmissão em que eu me reconhecia, sobretudo pela literatura”, explica. “É uma virada que me acompanha até hoje.” Além de Levi, a poesia de Paul Celan foi uma obra “absolutamente transformadora” para ela. “Ainda na França, comecei a estudar alemão, que era o tabu absoluto na família. Então, as pessoas achavam que eu falava a língua por causa do meu pai, mas era pelo Celan, porque eu queria entender, escutar aquilo”, justifica.

Há mais ou menos dez anos, a artista começou a escrever poesia (“eu brinco que é a faixa bônus da minha vida”), e, em 2012, publicou o primeiro de seus três livros do gênero. “Para mim é um desdobramento do processo do

PEQUENOS IMPÉRIOS

Leila organizou esta série a partir do arquivo do pai (veja panorama à pág. 16). “Se cada resto, cada ‘pequeno império’ é um arquivo, cabe perguntar o que está arquivado na matéria que o constitui”, ela escreveu

Fotos: Wilton Montenegro



trabalho, porque existe uma questão sobre a escrita do artista, e na verdade eu comecei a escrever poesia porque isso me permitia fazer experimentações, pensar nos processos”, afirma. Pesquisadora com dois pós-doutorados e professora do Instituto de Artes da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Leila concilia a vida acadêmica com seu trabalho artístico e ressalta que uma coisa alimenta a outra. “Me instiga muito essa conexão entre a universidade e a arte”, pontua, reflexão que contrasta com a ideia de que a pesquisa poderia frear ou impactar negativamente em sua produção. “Sou muita grata ao ambiente acadêmico. A universidade me constitui como pessoa. Fui uma aluna feliz, agradeço aos meus professores e meus alunos hoje são muito importantes, as trocas com eles são fundamentais”, destaca.

Há quase vinte anos como professora em uma universidade pública, Leila

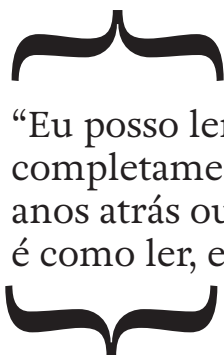
se diz grata a agências públicas de fomento à pesquisa que lhe proporcionaram oportunidades de estudo ao longo de sua carreira, mas lamenta o fato de essas instituições com frequência evitarem nomear a arte em seus programas de auxílio. “No campo da universidade, a arte como conhecimento sensível se consolidou muito nos últimos anos, então são coisas indissociáveis”, pondera. Como professora, porém, ela acredita que o desafio é não deixar que a obra tome conta do docente, “é preciso pensar além do próprio trabalho, você precisa ser maior do que ele”.

PEQUENOS IMPÉRIOS

Em 2011, com a morte de seu pai, Rolf Manfred Danziger, a artista plástica se deparou com a missão de esvaziar o apartamento onde ele morava, o que envolvia revirar e vasculhar incontáveis materiais de arquivo que vinham

sendo guardados por ele, “de uma forma muito organizada”, diz. “Eram pastas e fichários em torno de algumas temáticas obsessivas: Rio de Janeiro, construção civil (desabamentos e desastres), política brasileira, segunda grande guerra, Israel (a língua hebraica), contas (todas as contas de luz e gás), recibos, certificados de garantia de todos os eletrodomésticos que teve na vida, todos os impostos de renda, registros com a contabilidade diária dos gastos da família desde a década de 1970”, lista a artista, que lembra que Rolf tinha uma kombi cheia de coisas armazenadas e um banheiro inutilizado por conta da quantidade de material.

A solução encontrada por ela para “processar” tanta coisa se transformou em diversas obras, inclusive Pequenos Impérios: “Criei um ritual e fiz categorias com carimbos, com frases, e aí carimbava e fotografava essas seleções,



“Eu posso ler um documento hoje de forma completamente diferente de como eu leria dez anos atrás ou daqui a outros dez. A questão é como ler, e isso é o que me interessa”

mas esse trabalho é uma pontinha de um iceberg imenso, e esse fundo de arquivo hoje orienta meu trabalho todo, o que eu digo ou não digo”. À semelhança da catalogação fantasiosa de Jorge Luís Borges em seu conto “O idioma analítico de John Wilkins”, em que o autor argentino organiza sua lista de classificação de animais a partir de uma “certa enciclopédia chinesa”, a artista encontrou no acervo do pai o que ela chama de micro-história: um apanhado que a partir do universo familiar é capaz de orientar pesquisas e eixos de trabalho dentro do que ela chama de grande história.

Pequenos Impérios, na realidade, nunca chegou a ir para uma exposição. No catálogo de Edifício Líbano, no entanto, uma de suas obras de grande destaque que veio a público em 2012, na Galeria de Arte IBEU, em Copacabana, Leila Danziger optou por colocar as imagens dos arquivos organizados como parte da série. “Eu guardei muita coisa, mas me arrependo de não ter guardado tudo”, lamenta a artista, que precisou se livrar de uma fração do material por uma questão de espaço, já que iria se mudar para o mesmo apartamento onde tudo se encontrava. Em outras palavras, era impossível que ela e o legado arquivístico do pai habitassem o mesmo espaço sem que algumas escolhas fossem feitas.

Leila também guarda os livros que seus avós trouxeram da Alemanha, compilação que depois se transformou em Bildung, trabalho exposto em

2014 no Museu de Arte do Rio (MAR), reunindo pranchas com livros e documentos costurados, além de uma estante de madeira com documentos e outras obras.

Para a artista plástica, ainda que os documentos existam, eles precisam ser lidos no presente a partir de uma demanda atual. “Eu posso ler um documento hoje de forma completamente diferente de como eu leria dez anos atrás ou daqui a outros dez”, explica. “A questão é como ler, e isso é o que me interessa: ler no visível e no discursivo.” Nesse sentido, Leila pontua que nem tudo é legível o tempo todo, “depende da conjuntura, de uma ausência do presente, e é isso o que muda o trabalho”.

INCERTEZAS

A família de Leila veio ao Brasil em dezembro de 1935, pouco tempo depois da introdução no Estado alemão das Leis de Nuremberg, em setembro daquele ano. Com as leis antisemitas, os judeus tiveram seus direitos de cidadania limitados. “Meu pai havia perdido o direito de estudar no ginásio público em que estava matriculado, meu avô perdeu o comércio que tinha, eu nunca soube exatamente do que era”.

Leila tem consciência de que a Segunda Guerra é um tema delicado, e que justamente por isso é preciso cautela na discussão sobre as memórias e os temores que surgem de um marco tão tenebroso na história recente da humanidade. “Nos anos 1980, houve



DIÁRIOS PÚBLICOS

Produzida ao longo de vários anos, desde 2001, a série é composta de páginas de jornal submetidas a um apagamento seletivo, pintadas e carimbadas com frases poéticas. Retrata “nossas pequenas e grandes catástrofes de cada dia: a solidão extrema, a vida nua, o estado de bando”, como descreveu a própria artista



uma onda muito assustadora de revisionismo, que foi combatida com veemência na época, e achei que isso tinha sido desqualificado, interrompido”, diz. A partir do Holocausto ela diz ter aprendido a se identificar com a exclusão do outro, com a violência da separação e com os estados de exceção – por isso, pondera que é preciso estar atento aos usos políticos que se faz da memória. “É preciso buscar emancipação num sentido de igualdade, de amenizar sofrimentos. A memória serve a um projeto de poder ou a projetos emancipatórios? É esse questionamento que precisa ser feito”, afirma.

“Eu me pergunto muito qual é o teor emancipatório dos trabalhos. Na arte, é isso que a gente faz, a gente constrói narrativas. Mas a questão é qual é o viés ético, a postura ética, que conduz esse trabalho e essas narrativas que vão surgir. Qual o interesse, de que lado eu me coloco, com quem eu faço alianças”, completa. A ela, interessa pensar nos documentos que esperam o momento de serem lidos, e sobretudo “estar do lado dos excluídos, de quem está à margem”.

Para a artista plástica, há no ar um dever de memória que é muitas vezes vazio. “É preciso existir conteúdo histórico, saber mais sobre o que queremos lembrar, ler documentos, conhecer detalhes concretos”, defende. “No Brasil, a história da escravidão só tem sido enfrentada recentemente. No caso da ditadura, é o terror completo. Há dois anos, quando se elogiou [o coronel Carlos Brilhante] Ustra publicamente durante o processo de impeachment da [ex-presidente] Dilma Rousseff, aquilo nunca deveria ter sido admitido”, critica. Para ela, o incêndio do Museu Nacional, ocorrido no Rio em 2018, também é um pesadelo absoluto. “A gente fica falando de memória por anos e parece que tudo pode virar poeira, ou ser desdito por um tuíte. Mas não tem problema, vamos em frente. Vamos continuar falando.” ■

MEMÓRIA

um ato de resistência

entrevistas: João Paulo Guadanucci e Gabriel Vituri

“A memória é um elemento essencial do que se costuma chamar *identidade*, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia.” Essas palavras, de Jacques Le Goff, célebre historiador francês, parecem ecoar sob a superfície dos depoimentos das páginas a seguir. Nelas, cinco representantes da sociedade civil tecem relatos impregnados da consciência do valor da memória como forma de (re)conhecimento de um lugar no mundo e também de resistência à opressão. Afinal, “a memória coletiva é não somente uma conquista, é também um instrumento e um objeto de poder”.



“Eu tinha problemas de autoestima seríssimos: alisava o cabelo, pensava que as meninas não queriam saber de mim. Aí comecei a circular pela região central da cidade e encontrei um universo novo.”



Foto: Gabriel Vituri



Abílio Ferreira

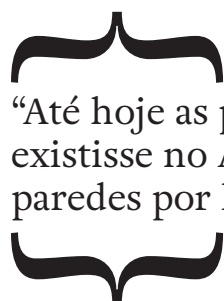
escritor e
jornalista

DESCOBRI MINHA IDENTIDADE ÉTNICO-RACIAL NOS BAILES black dos anos 1970. Até 1977, recém formado pelo Senai, quando fui trabalhar numa loja de plástico industrial, eu tinha problemas de autoestima seríssimos: alisava o cabelo, pensava que as meninas não queriam saber de mim. Aí, por causa do trabalho, comecei a circular pela região central da cidade e encontrei um universo novo.

Eu ingressei no movimento negro pelo caminho da literatura. Publiquei no Cadernos Negros [publicação literária criada em 1978 e que desde então vem sendo lançada anualmente pelo grupo Quilombhoje] um conto ambientado na Vila Itororó, onde morava uma namorada, e mais tarde processei a experiência daquele lugar. Talvez por essa razão eu tenha criado uma certa obsessão por estudar a região do Piques [o termo, que também dá nome ao obelisco erguido no Largo da Memória, caracteriza o local cheio de escadas e ladeiras na região do Anhangabaú, bem como outros espaços próximos, como o Terminal Bandeira]. É assim que nasce essa identidade: eu, São Paulo, o patrimônio negro da cidade, somos todos uma coisa só.

A primeira coisa que me chamou a atenção no Piques foi o painel de azulejo do José Wasth Rodrigues, que retrata a tropa, o fazendeiro, o guarda imperial, o escravocrata, toda uma cena, e duas negras pegando água em um chafariz. Ali estão as classes que compunham a sociedade naquele momento. Com o tempo fui entendendo o significado, especialmente quando conheci o Tebas [importante arquiteto do século 18, responsável por construções como a torre da primeira Catedral da Sé, e que foi escravizado até os 57 anos], seu Chafariz da Misericórdia, e a importância dos negros escravizados que iam apanhar água para abastecer a cidade. Isso coloca o sujeito negro no processo de formação do espaço urbano, como protagonista.

Acho que há uma geração nova propensa a continuar essa luta de reconhecimento, mas talvez a gente precise construir mais isso. Nós fomos muito envolvidos pelo espírito neoliberal, especialmente quem nasceu nos anos 1980. Mesmo os mais antigos, se não ficarmos alertas, somos levados por esse fluxo. O inimigo é a velocidade, essa fragmentação, que não permite que a gente olhe para a gente mesmo, para a cidade, e isso dificulta a conexão entre um tempo e outro.



“Até hoje as pessoas me fazem perguntas como se a única palavra que existisse no Afeganistão, no Irã, fosse ‘guerra’. Pensam que nós não temos paredes por lá. Às vezes perguntam ‘vocês têm pão, refrigerante?’.”

Foto: Gabriel Vituri



Wakilahmad Tajik

médico afegão

QUANDO NÓS TIVEMOS QUE IR EMBORA, ANTES DE APARECER a oportunidade de pedir refúgio ao Brasil, nós tínhamos outros quatro países em vista: Estados Unidos, Inglaterra, Canadá e Austrália. Eu nunca imaginei que estaria neste lugar. Geralmente, havia pouca informação sobre como as coisas eram, e o que nós líamos nos livros dizia que era um país cheio de florestas, jacarés e anacondas. Por isso, quando recebi uma resposta positiva do embaixador na Turquia dizendo que poderíamos nos mudar para cá, vou falar a verdade: fiquei com muito medo.

Chegando aqui, essa imagem rapidamente mudou. Precisamos de uns meses para descobrir as coisas e as pessoas, fizemos algumas amizades, então aquela ideia que tínhamos se apagou. Por outro lado, até hoje as pessoas me fazem perguntas como se a única palavra que existisse no Afeganistão, no Irã, fosse “guerra”. Pensam que nós não temos paredes por lá. Às vezes perguntam “vocês têm pão, refrigerante?”. Uma vez queriam saber se eu levava uma bomba na mochila. Fico um pouco triste, penso se eles não têm razão para perguntar, e preciso explicar que nem todo mundo é assim.

Eu estava na faculdade de teatro e cinema, no Irã, em Teerã, e meu pai ficou doente. “Filho, não quer trocar para medicina pra ajudar o povo?”, sugeri. Eu fiz uma prova para ganhar bolsa, ganhei 100% para estudar por cinco anos. Depois disso, você entra no hospital e ganha um pouco pra pagar os cursos de especialização e os livros. Eu gostava de atuar e dirigir, e também já cheguei a escrever peça e poesia, coisa que tenho feito aqui no Brasil. Queria começar a fazer em português, mas ainda preciso de tempo.

Por que uma pessoa deixa tudo pra trás, família, amigos? Estudei medicina, me formei, tive clínicas, funcionários, mas hoje não tenho mais nada de lá. Por causa de uma situação que não é culpa minha, preciso deixar o país. Eu vivi no meu país de origem até os seis anos. Depois disso, sempre estive em situação de refúgio. Estudei medicina no Irã e trabalhava com os Médicos sem Fronteiras porque achava que o importante era ajudar. Eu não tenho vergonha de falar que sou refugiado, porque infelizmente há guerra no meu país há mais de quarenta anos, e eu quero viver. Não acho que a vida precise ser sempre boa, mas quero viver.

Foto: Renata Teixeira



Jerá Guarani

uma das lideranças na
aldeia Tenondé Porã

PARA O POVO GUARANI MBYA, TER NOSSAS MEMÓRIAS registradas e guardadas é o que ajuda de fato a dar continuidade para muitos saberes, ainda que eles às vezes fiquem somente no campo da oralidade.

Aqui na Tenondé Porã, por exemplo, somos uma comunidade com mais de 100 famílias e vivemos por muitos anos numa área pequena. E aí, em 2016, quando tivemos a demarcação da terra maior, de forma mais justa, as pessoas, apesar de não terem praticado por bastante tempo todos os seus saberes sobre plantio, colheita, reconhecimentos das fases da lua, melhor construção das casas e certos modos de se relacionar com a natureza, tudo isso começou a acontecer de novo de forma natural. Não foi preciso estudar muito, não foi preciso fazer um curso de anos para aprender novamente, porque mantivemos na memória como se dão essas práticas.

Há momentos em que isso é passado: em núcleos familiares, dos mais velhos aos mais jovens; durante uma visita; durante encontros em que se desenvolvem conversas sobre a cultura Guarani; em reuniões com pessoas de outras aldeias; ou também nos rituais. Acho que esse é o ponto mais forte, quando fazemos os batizados da erva mate, do milho, e aí todo mundo vai para a casa de reza, onde fazemos as danças, as cantorias, porque há muito tempo para conversarmos.

Esse ritual acontece em uma casa que chamamos de opy'i, o espaço mais importante para o povo Guarani em todas as aldeias. Ali acontece a transmissão, o compartilhamento de saberes.

Hoje vivemos em uma área com quase 3.000 pessoas, e há poucas delas que são mais velhas, como a Brandina, que já passou dos cem anos e é uma senhora muito linda e charmosa, equilibrada em seu corpo físico, que é capaz de sentar de cócoras com o milho no fogo e depois come o alimento pronto com seus próprios dentes.

Quanto antes a gente conseguir colocar no papel os ensinamentos dessas gerações, melhor. Para fazer parte desse registro de memórias antigas nos utilizamos de algumas tecnologias, porque fica mais rápido, e toda vez que perdemos alguém, é uma imensidão de saberes que também se vai. Seguimos uma conduta aqui de tentar guardar mais, para que talvez outras gerações consigam aprender coisas que ficaram gravadas. A tecnologia não supera a capacidade humana de guardar tanta coisa bonita, mas pode ajudar.



“Toda vez que perdemos alguém, é uma imensidão de saberes que também se vai. A tecnologia não supera a capacidade humana de guardar tanta coisa bonita, mas pode ajudar.”



Foto: Acervo/Museu da Pessoa



Dauro Marcos do Prado

caíçara, educador e um dos criadores da União dos Moradores da Jureia

A MINHA HISTÓRIA É IGUAL À DE OUTROS CAIÇARAS que moram na região de São Paulo, Rio de Janeiro e Paraná. Uma das lutas que todos enfrentaram, e ainda enfrentam, é contra a especulação imobiliária. O primeiro impacto que chegou em nossas comunidades veio disso. Os caras vinham de fora, traziam búfalos, jagunços, e pressionavam a sair correndo dali. Hoje a gente sabe que todas as comunidades tradicionais do Brasil enfrentaram essa briga por território.

Lembro do meu pai contando que, na década de 1930, aqui na Jureia, chegaram pessoas na casa da minha avó Joana dizendo que ela precisava vender a terra dela. Delegado, dono de cartório, diziam que era para sair, porque era um espaço muito grande, diziam que ela não iria conseguir pagar os impostos, que outras pessoas invadiriam, então era melhor vender e ganhar um dinheiro, comprar uma casa boa, um monte de coisas. Ela acabou cedendo. Assinou uma papelada com o dono do cartório. Quer dizer, colocou o dedo no papel, porque era analfabeta, não sabia assinar. Disseram que iriam até a cidade buscar o dinheiro para pagá-la, e nunca trouxeram nada de volta. Isso foi se repetindo depois ao longo dos anos.

Dizem que existia um homem que andava a cavalo, armado, pressionando os moradores, queimando casas, e as pessoas acabavam assustadas e iam embora. Nasci em 1964, e na década de 1980 presenciei a chegada de uma empresa que queria construir uma cidade, condomínio fechado, e aí começou a pressão. Tivemos que nos organizar politicamente.

Em seguida apareceu a ideia de construir uma usina nuclear, e a especulação transformou a

região em uma área de segurança nacional. Era outra pressão: Exército, Marinha, empresas, virou um inferno, abriram estrada dentro das terras, fizeram um estardalhaço. Depois vieram os ambientalistas: tiravam fotos com as comunidades, faziam pressão contra a usina, contra a especulação, e queriam transformar o espaço em um santuário ecológico. Quando você fala em santuário, a comunidade gosta, pensamos que ia ser bom. Acolhemos. Em 1986, foi criada a Estação Ecológica de Jureia-Itatins. Criaram as leis, mas todo mundo sumiu.

Com isso, começamos a receber polícia florestal, ambiental, tiravam nossas armadilhas de pesca, nossas canoas, não podíamos fazer mais nada, porque era estação ecológica. Nós nunca destruímos, estávamos há oito gerações no lugar, e aí queriam nos proibir de fazer a roça, de pescar, de limpar trilha e reformar as casas. Tivemos que nos organizar de novo.

De lá pra cá, entrei com mais força nesse movimento pra que a gente garantisse a permanência das comunidades. Criamos a União dos Moradores da Jureia, em 1989, e em 1993 criamos a Associação dos Jovens da Jureia. Enquanto a União trabalhava a questão política, os jovens trabalhavam a questão da cultura, dos conhecimentos tradicionais, os festejos, o fandango, as plantas medicinais.

Uma comunidade que não tem terra é uma comunidade sem identidade, sem cultura. É ali que ela consegue passar as tradições e os conhecimentos adiante. A luta pelo território é importante. As pessoas de fora não tem que fazer pra gente, elas têm é que fazer com a gente.

Foto: Sesc São Paulo



Remom Matheus Bortolozzi

membro do
Acervo Bajubá

SOU PSICÓLOGO, ME FORMEI EM CURITIBA E, ENQUANTO ativista e militante, não comecei no movimento LGBT, e sim no movimento estudantil. Estar na universidade me deu bastante noção sobre direitos humanos, sobre política. Muito antes do meu ativismo eu já era participante da cultura LGBT. Desde a minha adolescência eu ia aos shows de drags, aos bares gays, então a questão da convivência e do consumo dessa cultura para mim era superimportante – a questão de se reconhecer enquanto comunidade.

Eu colecionava muitas coisas, isso vem muito da minha paixão pelas produções culturais LGBTs. Tinha uma coleção considerável de G Magazines [revista direcionada ao público gay], de revistas, de livros. Era algo do meu cotidiano, de diversão, de identidade, de lazer, dos espaços e das comunidades, das minhas parcerias, de amigos e amigas, da produção literária que também me instigava. Então era isso que perpassava o meu começo, uma ideia de colecionador, de guardar coisas que eu encontrava e ia guardando.

Em 2010 conheci meu ex-marido, o Felipe, e aí nesse encontro começamos a estruturar o que depois viria a ser o Acervo Bajubá. A partir dessa paixão, começamos a juntar o que ele tinha da área acadêmica, de uma reflexão mais teórica, junto com a coleção que eu acumulava. Acho que a estruturação do projeto do acervo em si acabou aparecendo quando a gente ao acaso encontrou em um antiquário uma obra bem particular e importante tanto para a nossa história quanto para a história do projeto. É um quadro em nanquim do Darcy Penteado, em que uma mulher faz sexo oral em outra, e no canto da tela tinha uma breve anotação que dizia: ilustração 4 da obra “Eu sou uma lésbica”.

Além da literatura e da história da arte transformista brasileira, outra frente de pesquisa do acervo é a história do movimento homossexual brasileiro e suas proximidades e tensões com o movimento de esquerda. Fora isso, também investigamos a história, via memória LGBT, sobre a epidemia de HIV/Aids no Brasil.

De maneira geral, o Acervo é um projeto para englobar pessoas, visando a defesa, a promoção e a difusão da cultura, do patrimônio histórico artístico dessa comunidade de LGBTs brasileiros. É salvaguardar e principalmente difundir e promover memórias com o intuito justamente de lembrar essa história: que seja potência pra gente lembrar no cotidiano.



“A questão da convivência e do consumo da cultura LGBT para mim era superimportante – a questão de se reconhecer enquanto comunidade”

entrevista

ANA MARIA CAMARGO, HISTORIADORA E PROFESSORA DA USP



“Os centros de memória são instrumentos de ação”

Para especialista, o objetivo final de um centro de memória deveria ser subsidiar decisões e lastrear a execução das ações sob sua responsabilidade

*entrevista: Carla Lira, Gabriel Vituri, João Paulo Guadanucci e Marta Raquel Colabone
fotos: Dani Sandrini*

A historiadora e professora da Universidade de São Paulo Ana Maria Camargo, filha de pai bibliófilo e colecionador de livros e periódicos antigos, dedicou a vida a estudar a questão dos arquivos e centros de memória.

Hoje, diz, já triplicou o acervo herdado do pai, além de ter colecionado documentos que, adquiridos nas feiras de antiguidades, servem para ilustrar suas aulas. “Acabei reunindo uma vasta documentação representativa das atividades rotineiras de pessoas das mais diversas condições sociais. Pessoas comuns...”, revela.

Nesta entrevista, a professora discorre sobre o que são e para que servem os centros de memória na contemporaneidade e lamenta o fato de muitas instituições ainda terem uma compreensão limitada da importância desses espaços.

O que caracteriza um centro de memória e o diferencia dos arquivos, museus, bibliotecas e outros acervos?

O nome “centro de memória” é uma peculiaridade nossa, do Brasil. Basta pesquisar na literatura de outros países, e não se vai encontrar essa expressão para designar um arquivo ou um centro de documentação. Se eu fosse comparar o centro de memória com as instituições mais convencionais de custódia de documentos, como museus, bibliotecas e arquivos, eu o aproximaria da ideia de “arquivo”, e vou justificar: acho que um centro de memória é (ou deveria ser) um arquivo ampliado. No livro que escrevemos [“Centros de memória: uma proposta de definição”, edições Sesc, 2015], Silvana Goulart e eu partimos da ideia de que “centro de memória” é um novo nome pra designar velhas práticas que, por sua natureza, foram assumindo um caráter pejorativo, ou de menor importância.

Como assim?

O arquivo, dentre todas essas instituições, é a que tem menos visibilidade, porque é associada a algo velho, inservível, lúgubre, reduto da burocracia. Temos uma ideia muito negativa do arquivo. Por outro lado, um centro de memória que não contenha ou abranja o arquivo não passa de algo supérfluo e de vida efêmera. Dentro de uma instituição, quando se quer fazer cortes para economizar recursos, a primeira coisa que cai é o centro de memória. Procuramos retratar esse fenômeno no livro, sobretudo a partir da experiência de Silvana Goulart, que acompanhou em várias entidades a criação e o desmantelamento de centros de memória, quase todos associados à área de marketing. Nas entidades privadas, principalmente, o centro se torna lugar para uma pequena exposição, um pequeno museu, um espaço onde ficam os papéis e os objetos que serão depois transformados em livro institucional. Subordinado ao setor de comunicação e com funções predominantemente ornamentais, o centro de memória não é capaz de subsidiar as decisões do organismo como um todo, seja ele público ou privado, nem de servir de lastro para as atividades que desenvolve.

“ Quanto maior for o grau de intervenção de uma instituição no meio em que atua, maior a importância de seu arquivo, de seu centro de memória ”

De que maneira se forma (ou deveria se formar) um centro de memória?

O centro de memória seria um arquivo alargado, um arquivo que comporta não só o material que a instituição naturalmente produz e acumula ao longo das suas atividades, mas também aquele do qual ela se apropria para se desenvolver e cumprir sua missão. É preciso haver uma série de informações disponíveis, preparadas para uso imediato, e não apenas aquelas originárias de suas atividades precedentes. O centro de memória deve agregar, além do arquivo, documentos que lhe são complementares, e que muitas vezes são produzidos por iniciativa do próprio centro. Um exemplo disso seriam as entrevistas que o Sesc fez com participantes de atividades e eventos antigos, que não ficaram devidamente registrados nos documentos rotineiros. Não tendo sido produzidas ao longo das práticas administrativas da instituição, o que não lhes confere o caráter de documentos de arquivo, tais entrevistas acabam assumindo estatuto documental por força desse gesto de atribuição de sentido que os centros de memória podem realizar. Em resumo, o centro de memória abrigaria todo e qualquer suporte de informação que possa ser útil ao organismo onde está instalado, qualquer que seja seu formato, sua linguagem, sua procedência.

As coisas vão ganhando sentido, então.

Sim, e podemos fazer vários tipos de comparações. Em uma fábrica de caminhões, por exemplo, o arquivo contém projetos, gráficos, notas de compra, contratos de prestação de serviços e outros tantos documentos. O caminhão, produto final da fábrica, não é colocado no arquivo, pois nasceu para sair da empresa. Se tomo por referência uma fábrica de pregos, é possível que, por suas dimensões diminutas, o arquivo abrigue uma

amostra desses produtos, que também nasceram para sair da empresa. Nesse caso, os pregos assumem o estatuto de documentos pelo gesto de atribuição de sentido que sempre podemos empreender nos centros de memória. Como o livro procurou demonstrar, os centros de memória seriam o amálgama das funções tradicionalmente exercidas por bibliotecários, museólogos, arquivistas e historiadores, adquirindo sempre a fisionomia das instituições em que estão inseridos.

E como essas instituições se diferenciam entre si?

Quanto maior for o grau de intervenção de uma instituição no meio em que atua, maior a importância de seu arquivo, de seu centro de memória. É o que ocorre com as prefeituras, com os tribunais e tantas outras entidades que atendem a uma demanda social ampla. A importância dos documentos reunidos em seus acervos nada tem a ver com o fato de serem órgãos oficiais ou de representarem o poder público, e sim com o largo espectro de sua atuação na sociedade. Não é à toa que constituem fonte de primeira ordem para a pesquisa histórica.

Qual o potencial de um centro de memória?

O centro de memória deve ser um órgão que torna disponíveis, e de modo imediato, as informações necessárias para o funcionamento da instituição, sejam elas retiradas do arquivo administrativo, do noticiário de imprensa, de livros e artigos publicados ou dos depoimentos de antigos funcionários. Na condição de mecanismos de retaguarda, os centros de memória não desfrutam de grande visibilidade. Não se trata de má compreensão de suas finalidades, ou de falta de marketing. É que eles são peças instrumentais e de inegável importância, mas sem o protagonismo de

outros setores. Essa a razão pela qual os franceses comparam os serviços ligados à documentação com atividades “ménagères”, similares às tarefas domésticas, que só aparecem quando não funcionam. O clássico exemplo do trabalho da dona de casa, que costuma ser percebido apenas quando a comida não aparece na mesa no horário de costume, caberia como uma luva para o arquivo e seus congêneres... Pode parecer contraditório, mas a importância dos centros de memória está na sua instrumentalidade, característica que, ao mesmo tempo, os torna invisíveis.

Como definiríamos essa instrumentalidade?

A instrumentalidade é algo que está no cerne do documento de arquivo. É o traço que o distingue e que dá sentido aos conceitos e princípios da ciência que o tem por objeto. É por meio do documento de arquivo que, nas sociedades complexas, certas atividades são viabilizadas e, a posteriori, comprovadas. Os estudiosos do aparecimento da escrita vinculam seu nascimento à necessidade de consignar compromissos e direitos. Ou seja:

“ O documento de arquivo é, por excelência, a representação de uma ação. As tábuas de argila da Mesopotâmia foram espalhadas pelos museus, mas eram livros de contabilidade ”

os remanescentes mais antigos da invenção da escrita são exemplos típicos do ato de representar ações e dotá-las de efeito probatório e duradouro. Se observarmos bem, os documentos de arquivo equivalem às ações que viabilizam, ao mesmo tempo que lhes servem de prova. Os arquivos nunca são uma finalidade para as instituições que os acumulam, mas meios pelos quais essas instituições asseguram sua continuidade.

A discussão dos centros de memória na atualidade tem um caráter muito diferente do que tinha no passado?

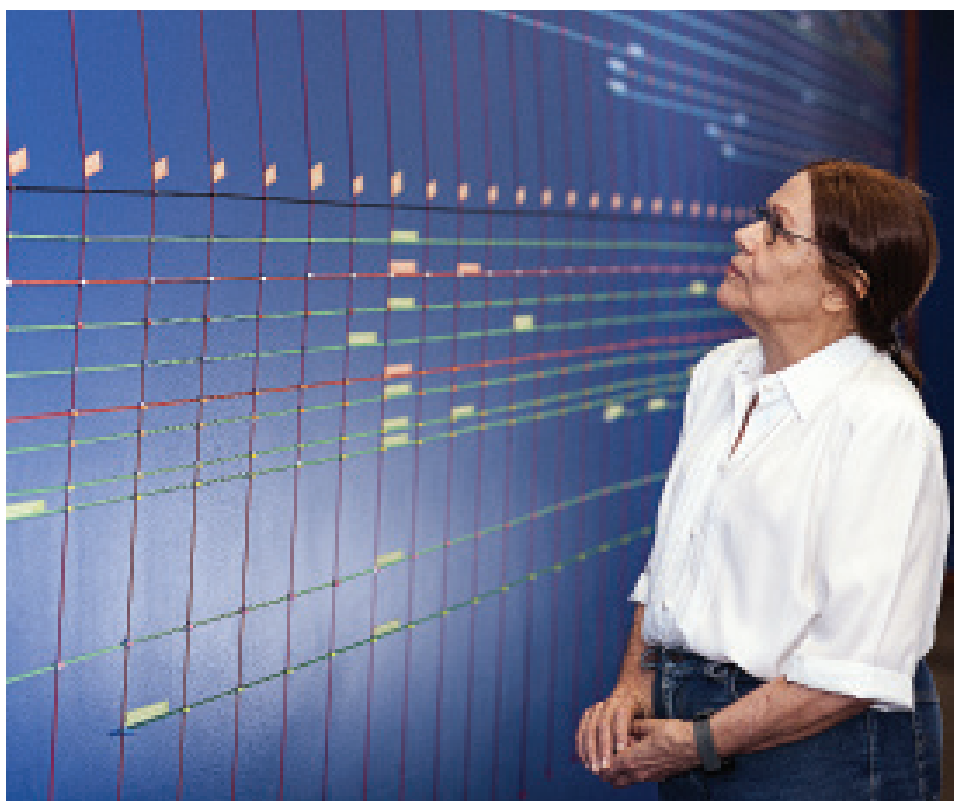
O fato de termos entendido o centro de memória como um arquivo ampliado, como um lugar que pode reunir tudo aquilo que é estratégico para a instituição, faz com que ele seja concebido de forma bem flexível. Não podemos afirmar que existe um modelo perfeito de centro de memória, mas há estudos que vêm sendo feitos em vários lugares para criar esse armazém de documentos, informações e dados e torná-lo operacional. O advento das novas tecnologias teve um efeito intrigante no âmbito das organizações: tornar imperceptível a descontinuidade entre a ação e o documento que lhe serve de veículo, fazendo com que muitos autores, como apontamos no livro, postulem a necessidade de materializar (convertendo-os em documentos) os procedimentos rotineiros e voláteis da instituição, garantindo sua mobilização.

O que seria essa mobilização?

Seria, basicamente, a capacidade de extrair da documentação elementos específicos, pontuais, e outros mais genéricos, indicadores de tendências. Gosto de fazer um recuo no tempo e evocar o modo como no Brasil das capitânicas e províncias os arquivos governamentais acumulavam documentos que, em intervalos mais ou menos regulares, eram examinados, sistematizados e submetidos

“ Pode parecer contraditório, mas a importância dos centros de memória está na sua instrumentalidade, característica que, ao mesmo tempo, os torna invisíveis ”

“ Eu tinha a ideia de fazer uma documentação das pessoas comuns, porque você encontra isso sobre grandes ícones, mas não existe uma documentação doméstica, do comum ”



A historiadora Ana Maria Camargo observa painel que registra a expansão do Sesc no Estado

a abordagem estatística. Para tanto costumava-se contratar determinados indivíduos, geralmente militares (que conheciam matemática), para escrever uma história daquela região de uma perspectiva panorâmica. Não se tratava da história diletante que conhecemos, mas de uma função pragmática cuja principal justificativa era permitir que se pudesse “bem governar” aquela área. Nos centros de memória também é necessário, em espaços de tempo cada vez mais curtos, sistematizar informações, torná-las inteligíveis e apresentá-las de forma projetiva, apontando tendências. Só que a velocidade do mundo, hoje, não

permitiria contratar um especialista para dar conta dessa tarefa...

Nesse sentido, que desafios surgem nesse panorama de hoje, mais rápido?

Há várias pesquisas sobre o assunto. O eixo de tudo é a construção de uma base de dados poderosíssima, que articule diferentes camadas de dados e informações. É, sem dúvida, um trabalho dos mais sofisticados, a exigir o concurso de especialistas de várias áreas. A maioria das instituições, no entanto, escolhe o caminho mais curto para disponibilizar, para usuários internos e externos, os documentos de seus acervos: o da digitalização

selvagem. É mais fácil digitalizar tudo, por mais caro que seja esse processo, do que criar metadados pertinentes para a documentação sob custódia de um centro de memória. Como os arquivos públicos não têm investido em instrumentos de pesquisa que apontem para o potencial informativo das séries ali conservadas, optando por apresentá-las em quilométricas relações de imagens digitais, resta saber se têm de fato alimentado trabalhos acadêmicos novos... Acho difícil.

Mudando de assunto, essa sua relação com os arquivos e as memórias também passa por uma esfera pessoal?

Bem, meu pai era um bibliófilo, e eu sou herdeira de seu fascínio pelo mundo dos livros, da história, da literatura, das coleções de revistas e jornais antigos. Praticamente tripliquei sua biblioteca. Meu interesse pelos arquivos, em particular, me levou a frequentar feirinhas como a do Bixiga, onde aparecem documentos pessoais em grande quantidade. Alguém morre e no dia seguinte a família já põe à venda seu diário íntimo, sua correspondência, seus retratos e uma infinidade de coisas. Eu compro quase tudo. Tenho até fornecedores fixos, que sabem do que gosto e que procuram não dispersar os conjuntos com os quais pretendo recompor, na medida do possível, a organicidade do que restou de uma vida. Tenho usado esse material em minhas aulas, mas a quantidade de documentos é tamanha e tão variada - incluindo álbuns de figurinhas, bilhetes de loteria, apólices, livros do bebê, material de propaganda política, cadernos de receitas e muitos outros itens - que preciso dar um destino melhor para eles. Penso que poderiam constituir o embrião de um núcleo devotado à vida das pessoas comuns, na contramão das políticas que miram os ícones da política, da ciência, da literatura ou da arte. Não sei o que fazer, mas aceito sugestões... ▣

MEMÓRIA SOCIAL EM FRAGMENTOS: O PODER DAS ENCRUZILHADAS E A MUSEOLOGIA EM AÇÃO

Mario de Souza Chagas*

ilustração: Patricia Brandstatter

Somos a memória que temos e a responsabilidade que assumimos. Sem memória não existimos, sem responsabilidade talvez não mereçamos existir.

José Saramago

I

A deusa da memória, aquela que tem o poder de produzir e evitar o esquecimento, é conhecida na mitologia grega como Mnemosine. A existência da deusa confirma-se na relação com o outro, com seus pais (Urano e Gaia), com suas cinco irmãs (Teia, Reia, Têmis, Febe e Tétis), com seu sobrinho e amante (Zeus), com suas nove filhas (Musas) e com os seres mortais que a cultuam e cantam.

Na atualidade, a memória, do ponto de vista das ciências humanas e sociais, é tratada como um conceito ou uma prática social impregnados de afetividades e subjetividades e que, por isso mesmo, existem em relação. Eis um bom ponto de partida: a memória e o esquecimento não existem por si, ambos existem em relação; no entanto, sem eles não há existência humana possível.

Inspirado em conferência ministrada pela professora Margarida de Souza Neves quero sugerir que a primeira frase do primeiro verbete do primeiro volume da Enciclopédia Einaudi, publicada em Portugal, na cidade do Porto, em 1985, seja considerada como uma chave especial. O verbete denomina-se “Memória” e foi escrito por Jacques Le Goff. A frase diz o seguinte: “O conceito de memória é crucial”.

Aqui o crucial é compreendido como uma referência à cruz e à encruzilhada da memória, por onde passam diversas linhas conceituais e práticas.

A imagem da página 39, lembrando a íris do olho humano e a escultura de Marcel Duchamp, parte da crucialidade do conceito de memória e chega à compreensão de sua complexidade e presença multifacetada no mundo (in-mundo).

II

Pela encruzilhada da memória passam a memória e o esquecimento, é impossível separá-los. Onde há memória, há esquecimento. Toda e qualquer política de memória, é política de esquecimento. Passam pelo mesmo caminho o coletivo e o individual. Há uma dimensão coletiva da memória, assim como uma dimensão individual. Além disso, mesmo que a memória seja social, é o indivíduo quem lembra. Pela encruzilhada da memória passam a identidade e a diferença, a permanência e a mudança. Os processos identitários implicam prática que leve em conta as diferenças; assim como a percepção da mudança depende da noção de permanência. Se tudo fosse apenas mudança e se tudo mudasse ao mesmo tempo e na mesma direção não haveria sequer condições de se perceber a mudança.

A preservação e a deterioração também passam pela encruzilhada da memória. A preservação está para a memória assim como a

*Poeta, museólogo, doutor em Ciências Sociais pela UERJ e um dos responsáveis pela Política Nacional de Museus. É diretor do Museu da República.

deterioração para o esquecimento. Deterioração e esquecimento fazem parte da dinâmica da vida social. Síntese: toda e qualquer política de preservação leva em si o seu oposto.

A crucialidade da memória permite a compreensão de que por ela também passam a liberdade e a tirania, o poder e a resistência. A memória não tem valor em si, não é positiva ou negativa, não expressa verdade ou mentira e, por isso mesmo, tanto pode servir à libertação quanto à tirania; tanto pode estar ao serviço do poder repressivo do estado quanto a favor da sociedade e do poder criativo de indivíduos e coletivos.

É possível também falar em memória voluntária e involuntária, em memória fixa e em memória volátil, em memória do corpo e em memória da alma, em memória afetiva e em memória cognitiva, tudo isso aponta para a crucialidade da memória.

O conceito de memória é mesmo crucial. Por ele passam o tempo e o espaço, o passado e o presente, o presente e o futuro. Há uma memória do espaço, assim como uma memória do tempo. Se por um lado habitamos o espaço, por outro, o espaço nos habita. Construímos memórias no tempo e o tempo constrói memórias em nós. Por mais que a memória esteja fundeada no presente, não se pode negar a sua articulação com o passado, nem o seu desejo de se projetar no amanhã, no futuro do agora.

Pela cruz e pela encruzilhada da memória passam a memória e a história, a repetição e a criação. A história é o reino do desejo de precisão, ela quer ser ciência, racional; a memória aceita a aventura, o impressionismo, o voo do impreciso. A repetição e a criação dependem inteiramente da memória. Repetir pode ser criar e também pode significar a impossibilidade da criação, tudo depende da consciência da repetição e do que se pretende com ela. A criação no campo da arte, da magia, da ciência, da técnica e da política depende inteiramente da memória.

III

A percepção do novo e do velho passa pela memória. Um objeto musealizado, como uma espevitadeira, por exemplo, mesmo tendo mais de cem anos poderá ser absolutamente novo para quem não o conhece e poderá ser fonte de inspiração. Além de tudo isso, ainda passa pela encruzilhada da memória a revolução e a conservação. A memória pode ser conservadora, mas também pode ser revolucionária. Uma saturação de memórias, informações, técnicas, tecnologias, conhecimentos e acessos; associada à experiências repressivas, abusivas, exploradoras e desrespeitosas, por exemplo, pode provocar uma explosão libertadora. Memória, tensão, crise, explosão. A favor desse argumento apresenta-se a reflexão de Jacques Le Goff que finaliza o verbete citado: “A memória até então acumulada vai explodir na Revolução de 1789: não terá sido ela o seu grande detonador?”.

IV

A narrativa que aqui se oferece movimenta-se na encruzilhada entre a criação e a resistência e tem a intenção de fortalecer o diálogo com e o exercício de uma nova imaginação poética (potência de criação) e também política (potência de resistência) em articulação com os movimentos sociais e com a afirmação da arte, da filosofia e da ciência colocadas a favor da celebração da potência da vida.



O conceito de memória é mesmo crucial. Por ele passam o tempo e o espaço, o passado e o presente, o presente e o futuro. Há uma memória do espaço, assim como uma memória do tempo



V

“A memória é uma ilha de edição”. Este verso-poema de Waly Salomão opera uma extraordinária síntese e propicia a compreensão de que a memória é construção social e, como tal, é construtora de sociabilidades e subjetividades. Este poema também conduz ao rápido entendimento de que a memória não é total, ao contrário, é sempre seletiva e formada por fragmentos, vestígios, sobejos e retalhos com os quais se compõem narrativas épicas, líricas, trágicas, cômicas e científicas. A memória inscrita no corpo é uma ilha de edição e, por isso mesmo, segue jogando o jogo de capturas e movimentos de fuga, de manipulações e emancipações, de tiranias e liberdades.

O verso-poema iluminado pela luz do cinema ilumina a compreensão: a memória está (ou pode estar) no campo das relações e das lutas e está habilitada para mobilizar afetos, representações, direitos, devires e compromissos.

VI

A potência de criação e a potência de resistência estão presentes em iniciativas de memória e museus sociais que podem ser inspiradores. Apresento de um modo muito breve quatro iniciativas localizadas no Rio de Janeiro.

I. MUSEU DA MARÉ

Lançado em maio de 2006 é o primeiro museu instalado em uma favela da cidade do Rio de Janeiro e administrado pelos moradores e ex-moradores da favela. O conjunto de favelas da Maré situa-se na Zona Norte da cidade do Rio de Janeiro. Ali vivem mais de 130 mil pessoas, ocupando uma extensão de 800 mil metros quadrados, distribuídas em 16 favelas ou comunidades que guardam entre si semelhanças e diferenças, pluralidades e singularidades históricas, geográficas, culturais, arquitetônicas, musicais e mais. Seu projeto é inovador do ponto de vista histórico, antropológico, educacional, artístico, museológico e tem servido de inspiração para outras

iniciativas de memória e museologia social no Brasil e no exterior.

2. MUSEU VIVO DE SÃO BENTO

Lançado em 2007, no município de Duque de Caxias, na baixada fluminense do Estado do Rio de Janeiro, o Museu Vivo de São Bento é uma experiência inovadora. Trata-se de um museu de percurso, também reconhecido como museu de território e ecomuseu, cujo projeto resultou do acúmulo de reflexões e experiências desenvolvidas por um coletivo de professores com forte atuação na rede estadual e municipal de ensino e na militância do Sindicato Estadual de Profissionais da Educação (SEPE).

3. MUSEU DE FAVELA (MUF)

Fundado em 2008 por moradores das favelas Pavão, Pavãozinho e Cantagalo, o MUF é uma organização não governamental, de caráter comunitário, concebido como um museu de território, ancorado na memória social e no patrimônio natural e cultural, tangível e intangível. Os 20 mil moradores da comunidade, incluindo modos de vida, narrativas, criações artísticas, saberes e fazeres, bem como o território de 12 hectares de área, localizado nas encostas do Maciço do Cantagalo, entre os bairros de Ipanema, Copacabana e Lagoa, na zona sul da cidade do Rio de Janeiro, constituem o lócus privilegiado do Museu.

4. MUSEU DAS REMOÇÕES

Iniciativa desenvolvida por moradores, apoiadores e amigos da Vila Autódromo, o Museu das Remoções foi lançado no dia 18 de maio de 2016, quando se comemorava o dia internacional de museus, com o tema “Museus e Paisagens Culturais”, sugerido pelo Conselho Internacional de Museus (ICOM). Situada na Barra da Tijuca, no município do Rio de Janeiro, a Vila Autódromo era constituída de pelo menos 600 famílias. O processo de remoção foi perverso e muito violento. Em nome do grande capital e de um megaevento de caráter mundial (as Olimpíadas), a prefeitura da cidade do Rio de Janeiro, atendendo aos interesses



A memória está (ou pode estar) no campo das relações e das lutas e está habilitada para mobilizar afetos, representações, direitos, devires e compromissos



de poderosas empreiteiras, decidiu remover famílias que moravam na Vila Autódromo há mais de 50 anos e que estavam com sua situação fundiária regulamentada. O processo de remoção envolveu luta, sangue, disputa. Pelo menos 580 famílias foram removidas. Talvez a prefeitura não contasse com a resistência de 20 famílias que insistiam em dizer: “Nem todos têm um preço”. Essas vinte famílias, com o auxílio de apoiadores e amigos, inventaram novas possibilidades de estar no mundo e venceram os Jogos Olímpicos. Foi neste quadro que, entre janeiro e fevereiro de 2016, organizou-se um grupo visando à criação do Museu das Remoções, a partir dos escombros das casas destruídas, dos registros documentais e das memórias da Vila Autódromo. O Museu das Remoções, criado por uma comunidade popular que enfrentou o poder destruidor do poder público e descobriu na luta o seu próprio poder, chamou para si a tarefa e a responsabilidade de contar a história das remoções a partir da perspectiva dos afetados pelas políticas de remoções. O lema do Museu: “Memória não se remove”, passou a ser a chave de ações, projetos e encaminhamentos.

VII

A minha sugestão é que essas experiências não sejam tomadas como modelos e sim como inspirações. A seleção destas experiências tem um componente que não é desprezível. É importante que o leitor compreenda que tenho uma relação de afeto político e de afeto poético com todas elas, nesse sentido, minha narrativa está contaminada de afetos. Muitas outras iniciativas de museus sociais e populares com os quais também tenho relações de afeto poderiam ser incorporadas, mas, neste caso, os limites previstos para o texto seriam rompidos. Além das quatro experiências museais seria possível citar, por exemplo, o Museu da Rocinha Sankofa Memória e História, o Museu do Horto, o Memórias do Cerro Corá, o Ecomuseu Amigos do Rio Joana, o Museu

Casa Bumba Meu Boi - Raízes do Gericinó, o Museu de Artes Lúdicas e muitas outras.

VIII

Registre-se que as iniciativas apresentadas não pedem permissão para ser museus; todas se assumem e se afirmam como museus. Esses museus desenvolvem um conjunto de práticas na primeira pessoa (do plural e do singular) e nos auxiliam a valorizar a importância de uma museologia compreensiva e libertária. Esses museus nos ajudam a perceber os limites da museologia normativa que dá mais valor às regras e normas do que à própria dinâmica da vida. Esses museus são uma indicação clara de que a Museologia Social está em movimento e continua celebrando a potência de criação, a potência de resistência e a potência da vida. Estamos diante de museus que produzem novas linhas de ação e fazem rizoma com o mundo. São museus que, com memória e criatividade, produzem transformações sociais e fazem história; museus que exercitam novas imaginações políticas, poéticas e museais e colaboram para a inovação e a invenção de conceitos e práticas.

IX

As mudanças conceituais e teóricas geradas no campo dos museus afetam e produzem transformações relevantes na museologia que, no entendimento aqui sustentado, está longe de ser ciência castiça e descomprometida com a vida. Esta perspectiva coloca em xeque a orientação museológica que se considera isenta de ideologia e crê na possibilidade de uma museologia pura, higiênica, esterilizada.

Por fim, cabe considerar que a museologia social ancora-se no desejo de prestar serviços práticos à vida e, por isso, está interessada em inventar, imaginar, ver, rever e transver os museus compreendendo-os como atos que afetam e potencializam a vida. A museologia social implica um saber-fazer “in-mundo” contaminado de vida afetiva e social. ▣

A museologia social ancora-se no desejo de prestar serviços práticos à vida e, por isso, está interessada em inventar, imaginar, ver, rever e transver os museus



A Reserva Natural Sesc Bertioga está inserida na área urbana de Bertioga, com cerca de 600 mil m² de floresta de restinga, abrigando mais de 650 espécies de fauna e flora.

Os visitantes são recebidos no ponto de atendimento por educadores, onde são realizadas diversas ações e também apresentadas pesquisas e projetos, entre eles a trilha com desenho universal, acessível a pessoas com e sem deficiência.

Com a Reserva o Sesc protege a biodiversidade, dialoga com a comunidade e estimula a conexão da diversidade humana com o ambiente natural.

Saiba mais em: sescsp.org.br/reservanatural



Sesc Memórias

O Centro de Memórias do Sesc é responsável pela guarda e difusão dos documentos que revelam a história da instituição e de sua ação programática. O acervo está disponível para pesquisas presenciais.

Para agendar sua visita:
sescmemorias@sescsp.org.br



Rua Dr. Plínio Barreto, 285 - 3º andar
Tel: (11) 3016-1655